
TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA

Arthur Breno Stürmer¹

Todo mundo sabe o que um professor faz, mas poucos sabem predicar o tipo de trabalho do professor. Referimo-nos a um tipo de trabalho apenas parcialmente compreendido pelos próprios profissionais da educação. Por isso, torna-se oportuna a tarefa assumida por Liliana Soares Ferreira ao esmiuçar o trabalho pedagógico, tomando a escola como espaço privilegiado para discuti-lo no campo dos fundamentos da educação, mas adentrando com frequência à interface entre trabalho, políticas públicas e educação.

Trabalho pedagógico na escola traz luz aos pontos cegos ainda existentes na reflexão sobre os sujeitos, tempo e conhecimentos que têm lugar na escola. O tema principal é o trabalho dos professores como trabalho pedagógico na escola – um assunto que se mostra mais complexo quando se estabelecem relações entre o trabalho dos professores e o trabalho em geral, o mercado de trabalho, o sistema econômico e a instituição escolar.

O exercício teórico feito pela autora explora todas as facetas do trabalho pedagógico na escola ao revisitar seus escritos, alguns deles do ano de 2007, que serviram para firmar posicionamentos, corrigi-los e redirecioná-los. Esforço possível somente pela sua larga experiência de pesquisa no Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (CE/UFSM), que resultou nesta obra-síntese com algumas das melhores produções. Ela revela a extensa trajetória investigativa sobre o trabalho pedagógico, apresentando-se coesa e em constante evolução desde as primeiras concepções que defendeu sobre o trabalho dos professores, ou – como chama – *trabalho pedagógico*.

Aliás, o cuidado em explicitar conceitos, anunciar categorias e desenvolver ideias autorais é uma constante ao longo do livro de Ferreira, que atribui centralidade à categoria trabalho. Em função dela, recorre a definições que ajudam o leitor a identificar quais são as características mais básicas que interessam ao entendimento do trabalho pedagógico. O mesmo comparece desde o início da obra dentro de um processo de humanização, ele próprio, o trabalho, sendo tanto uma ação eminentemente humana pressupondo planejamento, ação, avaliação, quanto uma ação que “inclui a possibilidade de se autoproduzir, tornar-se cada vez mais humano, entender-se e ampliar suas possibilidades” (p. 26).

O capítulo I delinea os contornos do trabalho dos professores enquanto sujeitos (sociais) responsáveis pelo trabalho pedagógico em meio às questões que afetam esta modalidade específica de trabalho, no contexto do capitalismo contemporâneo globalizado. Neste, há dificuldades em os professores reconhecerem-se como profissionais, ainda que produzam resultados.

A resposta para esse problema é aprender a pensar a profissão. Ao invés da sina cotidiana marcada pela reprodução, transmissão, repetição e rotina no trabalho, importa aos professores criar. Em tom de lição, Ferreira nos ensina algo evidente, mas que talvez passe despercebido no cotidiano da docência: professores são os profissionais cuja efetiva criação é a aula. Diz: “a aula é esta síntese do trabalho pedagógico” (p. 30), que culmina na produção de conhecimento. A aula como espaço e

¹ Docente do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Especialista em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). arthur.sturmer@gmail.com

tempo para o diálogo entre seres e saberes, onde há criticidade, criação, processos individuais e coletivos.

Entretanto, é preciso saberem seu lugar como profissionais. Isso vem da “integração em um grupo de trabalhadores cuja característica comum é o objeto do seu trabalho: a produção do conhecimento” e a “reflexão e trabalho sobre a partir do trabalho pedagógico” (p. 30-31). Indo além da noção de professoralidade ou do assumir-se professor vivendo a profissão e implicando-se subjetivamente com ela, a autora reconstitui seu percurso reflexivo sobre a “gestão do pedagógico” como o trabalho dos professores – a produção do conhecimento em aula – até chegar à expressão “trabalho pedagógico”. É quando avança no entendimento de que o trabalho dos professores é o trabalho de produzir a aula e, nela, o conhecimento com os estudantes, isto é, produzir conhecimento toda vez que alguém passa a conhecer e apropriar-se do conhecimento.

Tal lugar profissional inclui a relação com as evoluções tecnológicas, culturais e sociais, desafiando a assunção do papel dos professores enquanto *força transformadora* da escola, que lhes permite manterem-se vivos profissionalmente. Isso é possível graças à interação com colegas e local de trabalho, onde são sujeitos capazes da socialização, reflexão, entendimento, contradição, reelaboração e produção dos saberes e conhecimentos. Eis o que é posto como condição necessária ao trabalho pedagógico: ter autonomia para conseguir “transcender as práticas repetitivas recriando seu trabalho e renovando-se como sujeitos” (p. 38) – mesmo que sob a aparente limitação que pareça haver no trabalho com aula e com estudantes em sala de aula e no circuito interno de uma escola.

Entre os pré-requisitos para exercer o trabalho pedagógico com autonomia, há um ponto talvez incômodo ao leitor que descobre, de repente, que o trabalho dos professores insere-se na lógica do capital e participa da acumulação e produção. E que não tem, no entanto, uma relação mais direta com o capital e a produção de mais-valia. Tal argumento é recorrente, todavia serve para a autora caracterizar o pertencimento dos professores à “classe-que-vive-do-trabalho”. O mesmo leitor, se professor que nunca percebeu o capitalismo tomando o ser humano trabalhador como força de trabalho, mercadoria como qualquer outra, ou nunca foi levado a admitir-se vendedor de sua força de trabalho por não possuir os meios de produção, pode, por isso, não entender o sentido de classe social dos professores.

Esse é um ponto crucial para a compreensão do trabalho pedagógico na escola. Se ele é o trabalho dos professores, é preciso que os mesmos reconheçam a vinculação de seu trabalho de produção da aula e do conhecimento com o contexto mais amplo da sociedade capitalista. A razão primeira é essa imbricação e dependência entre o trabalho pedagógico e o capital, reconhecida por Ferreira nas exigências de criatividade, autonomia e emancipação cobradas aos professores. São qualificações próprias da condição de trabalhadores, a qual mereceu-lhe uma análise crítica em primeira pessoa, especialmente quanto ao discurso sobre as competências. Ela, que vinha discutindo e aceitando em parte a proletarização dos professores, abre logo o verbo para admitir as implicações negativas da qualificação por competências: “na discussão proposta minimizam as condições de trabalho e profissão dos professores” (p. 44). É taxativa quanto ao caráter ideológico do discurso sobre qualificação do trabalho dos professores, por desviar ou criar versões sobre a profissão

e trabalho dos professores como se fosse uma prática e não um trabalho exercido com autonomia.

A esta altura, a boa fundamentação teórica e posicionamento forte da autora dão mostras da crítica certa que virá a seguir, dirigida àquilo que ameaça o trabalho dos professores mediante regulações, imposições, adaptação forçada e perda de autonomia. O estilo enfático a partir daí consegue aproximar ainda mais o leitor da realidade do trabalho dos professores, apesar do recurso às citações diretas deixar a leitura densa. Nada, porém, a prejudicar o êxito da interlocução entre a pesquisadora, o produto de suas reflexões e o leitor (professor?) que busca se enxergar nas linhas de *Trabalho pedagógico na escola*.

O capítulo II vem após uma feliz caracterização do trabalho dos professores e do adentramento às problemáticas mais sensíveis aos professores como trabalhadores. Restará falar do tempo desse/nesse trabalho e complementar o curso de uma abordagem compromissada com o caráter histórico dos sujeitos. Entra em cena a falta de tempo, o tempo de não-trabalho e o tempo dedicado ao emprego, todos revelando o tempo como “fator de controle dos corpos e dos seres a serviço do capital” (p. 62) – este mesmo que coordena as relações sociais contemporâneas.

A relação entre o tempo e o trabalho dos professores é entendida partindo-se da afirmação de que a produção dos professores acontece com quantidade variável de tempo, não sendo correto achar que a regulação do tempo redunde em produção de mais conhecimento. O contrário é apresentado como verdadeiro: investir na produção de conhecimento altera o tempo. A mensagem é claramente uma fórmula a ser aprendida nas escolas e sistemas educacionais, e poderia ser dita assim: ganha-se tempo ao se investir na produção do conhecimento, e não controlando o tempo (especializado) pelas rotinas.

A própria rotina e repetição mecânica contrapõem-se à natureza do trabalho pedagógico, que é criadora e movida pelo tempo subjetivo (psicológico e qualitativo). Não é à toa que a autora recorre à noção de *kronos* e *kairós*. É que esse último tipo de tempo é rico em possibilidades, torna o trabalho mais humanizado, nele se mobiliza a experiência e se estabelecem perspectivas – é aquele tempo de se fruir, não de se contar. Tal entendimento não encerra nenhuma contradição: o fazer dos professores é subjetivo, tem caráter cultural, simbólico e, por isso, é complexo, uma vez que é controlado por tempos e espaços à semelhança do que acontece a todos profissionais inseridos na lógica do capital. Não obstante, e peremptoriamente, a conclusão esperada pelo leitor virá na alegação de que “o trabalho dos professores exige tempos múltiplos, na escola e pra além dela, não podendo ser medido pela temporalidade instituída na escola (...) precisa ser descolado da lógica do capital, permitindo-lhes agir e criar” (p. 80-81).

Dentre as inúmeras sugestões de melhoria do trabalho dos professores oferecidas por Ferreira, destaca-se a proposição de que a escola seja um movimento de resistência às imposições sociais desumanizadoras, tendo-se o tempo como principal estratégia. É um voto de confiança depositado nos professores para encaminhar a discussão sobre o trabalho pedagógico no âmbito escolar.

O capítulo III, então, traz a escola como o ambiente em que se encontrarão os sujeitos, os tempos (múltiplos) e os conhecimentos implicados no trabalho pedagógico. A escola, recordando, é o *lugar social de trabalhador e profissional da área de educação*; espaço de interlocuções, planejamento, reflexão, estudo, produção

coletiva e solidária. Entretanto, quando integrada a um contexto socioeconômico, exibe mudanças, resistências e adequações. Consistindo de processos de interação e vida coletiva, os *contextos escolares* cedem à intensificação, precarização, exploração e fragmentação do trabalho. Foi o que Ferreira observou com a ajuda de seu Grupo de Estudos e Pesquisas Kairós, que ainda identificou a autointensificação dos professores conduzindo-os ao alheamento de sua condição de profissional. Emerge aqui um sinal de alerta: os professores estão perdendo a autonomia na realização do trabalho pedagógico na escola.

O capítulo IV arremata as discussões anteriores, explicitando o *pedagógico* do trabalho pedagógico. É o mesmo pedagógico afirmado anteriormente, como centralidade do trabalho dos professores, estes sendo sujeitos do trabalho pedagógico e responsáveis pela gestão do pedagógico. Retoma-se a ideia de projetos pedagógicos individuais antecedendo ao projeto pedagógico institucional, uma espécie de encontro de intencionalidades a partir das quais se constituirão projetos conjuntos. Essa visão reforça a os argumentos da autora acerca da reconstituição do espaço de trabalho dos professores a fim de se superar coletivamente os problemas que atingem o trabalho pedagógico na escola.

A obra revela-se, ao final, muito útil a todos os profissionais da educação que queiram compreender melhor o trabalho dos professores na instituição escolar, em especial os que labutam na educação básica.

REFERÊNCIA

FERREIRA, L. S. **Trabalho pedagógico na escola**: sujeitos, tempo e conhecimentos. Curitiba: CRV, 2017. 146p.